

## **Tema 17. A Igreja e o mundo**

A Igreja é inseparavelmente humana e divina. Ela vive e age no mundo, porém seu fim e sua força não estão na terra, mas no Céu. A Igreja busca a salvação da humanidade, mas também se preocupa com os assuntos temporais. Cada fiel cristão participa da missão da Igreja segundo sua condição e vocação, e os dons recebidos. Os leigos são chamados a santificar o mundo a partir de dentro. A Igreja não pode e não deve substituir o Estado, mas não pode e não deve ficar à margem da luta pela justiça.

01/10/2022

A Igreja se apresenta ao mundo como a comunidade dos discípulos de Jesus. Cremos que Cristo é o Filho de Deus feito carne, o rosto humano de Deus, que continua atuando junto ao Espírito Santo na missão da Igreja, seguindo o projeto divino de salvação.

“A Igreja é, por conseguinte, inseparavelmente humana e divina. *É sociedade divina pela sua origem, sobrenatural pelo seu fim e pelos meios que se ordenam proximamente para esse fim; mas, na medida em que se compõe de homens, é uma comunidade humana* (Leão XIII, *Satis cognitum*). Vive e atua no mundo, porém o seu fim e a sua força não estão na terra, mas no Céu”<sup>[1]</sup>.

Todos os seres criados levam a marca de Deus, especialmente as pessoas, criadas à sua imagem e semelhança. Além disso, já desde o Antigo Testamento vemos que Deus estabeleceu uma categoria de realidades que chamamos de “sagradas”, por meio de certos sinais que podem ser algumas pessoas (ministros sagrados) ou realidades materiais (o templo e outros objetos separados do uso comum para o serviço de Deus). Ao lado dessas “realidades sagradas”, cujo significado é o culto, está o âmbito das realidades criadas (como são o trabalho, a família, a cultura e as relações sociais, econômicas e políticas etc.) que chamamos “profanas” ou “seculares”. Mas isso não quer dizer que o sagrado é relativo a Deus e que o profano é alheio a Deus.

Com a *Encarnação* do Filho de Deus, as realidades profanas podem ser

vividas em união com Ele, pela ação do Espírito Santo, por meio da fé e dos sacramentos. E assim todas essas realidades podem ser também, sem necessidade de separá-las do seu uso atual, um meio de colaboração com a *redenção* e um meio de *santificação*. Isso é chamado de “secularidade cristã” (de *saeculum* = século ou mundo). Nós, os cristãos, amamos o mundo, principalmente, porque ele foi criado por Deus. E tentamos levá-lo a Deus, sabendo que o pecado também está presente no mundo, mas que a graça de Deus cura e eleva essa realidade.

## **A Igreja na história**

A Igreja, como comunidade humana e social, está e vive no mundo. Igreja e mundo estão intimamente relacionados, mas não se identificam. O mundo não é um espaço alheio a Deus, o seu sentido não se limita ao que é terreno,

porque é chamado em Cristo a um novo modo de existência, que Jesus chama de “Reino de Deus”. Este reino não é uma realidade política, mas espiritual. O mundo não é independente de Deus, como afirma o laicismo ao pretender relegar a religião ao âmbito do que é privado e irrelevante.

Ao mesmo tempo, o mundo possui uma *autonomia* em relação à Igreja como instituição eclesial. Jesus disse: “Dai, pois, a César o que é de César” (Mt 22,21). Não há uma solução cristã oficial para todos os assuntos do mundo, mas sim várias soluções concretas. E a Igreja não se identifica com nenhuma organização histórica específica: com nenhuma ideologia, regime político, econômico ou social. Isso, como dissemos, não significa que os valores terrenos sejam independentes de Deus. Na visão cristã do mundo, tudo é dom de Deus e o mundo é chamado a ser um

caminho para conhecer e amar a Deus. E, por conseguinte, amar o próximo e servir à unidade do gênero humano.

A missão da Igreja não é um projeto político nem aspira a “sacralizar” o mundo, mas é uma missão religiosa: ela só busca a salvação da humanidade, uma salvação que vai além do bem-estar ou da justiça terrena. Ao mesmo tempo, a Igreja preocupa-se também com as questões temporais: porque a pessoa não é um ser abstrato, mas alguém situado num contexto familiar e social, profissional e econômico, e porque a mensagem do Evangelho pede a redenção de toda a realidade com a promoção da justiça e da paz, para que o Reino de Deus possa ir se edificando na história.

A Igreja lembra a todos o caráter provisório das realizações temporais. O que nós homens fazemos precisa

ser melhorado, completado e finalmente transformado por Deus. E assim pode fazer parte desse novo mundo que corresponde ao Reino.

Por essas razões, a Igreja, também institucionalmente, se ocupa das questões sociais e temporais, não em seus aspectos técnicos e contingentes, mas na medida em que podem impedir a união com Deus e a vida eterna. O principal obstáculo para isso é o pecado, e todo pecado é pessoal. As consequências do pecado podem chegar a se constituir verdadeiras “estruturas de pecado” no meio social, que impedem os homens de alcançar a verdade e o bem comum, a vida de graça e o amor a Deus e ao próximo. Por isso, quando a Igreja ensina a sua *Doutrina Social*, ela não se desvia de sua própria missão, mas a enfrenta em meio à complexidade do mundo presente, procurando mediar o diálogo entre culturas e religiões.

## A secularidade cristã e a missão da Igreja

Como recordamos, a visão cristã do mundo, que a Igreja anuncia e ensina, chama-se laicidade cristã ou também a “dimensão secular” do cristão e da Igreja. A laicidade cristã está enraizada no fato de que o Filho de Deus se fez homem em um determinado tempo e cultura. E isso se realiza de diversas maneiras em todos os cristãos. O magistério da Igreja ensina: “*todos os membros da Igreja participam na sua dimensão secular, mas de maneiras diferentes. (Christifideles laici, n. 15).*

Em relação a isso podemos ver o fato de que na Igreja há uma pluralidade de *posições* pessoais que, por sua vez, implicam diferentes formas de se relacionar com o mundo. O Concílio Vaticano II destaca isso quando utiliza expressões diferenciadoras: pastores, leigos e religiosos



participam cada um da missão da Igreja à sua maneira, de maneira peculiar ou por sua parte.

A missão da Igreja é única e a mesma para todos os batizados: a glória de Deus (que Deus seja conhecido, reconhecido e amado) e a salvação das pessoas por meio do encontro pessoal com Cristo. Esta missão também pode ser chamada de evangelização, na medida em que anuncia a mensagem de salvação que Cristo nos trouxe: Evangelho quer dizer a “boa notícia” dessa salvação.

Isso depende da própria vocação e missão de cada um<sup>[2]</sup>. Os leigos exercem o tríplice ofício salvífico de Cristo e realizam a Missão “a partir de dentro”<sup>[3]</sup> das realidades seculares, ou seja, no modo “corriqueiro” de relação com o mundo (e que compartilham com os não cristãos). A vida religiosa implica um modo

próprio de testemunho (que se exprime com a “profissão” dos conselhos evangélicos), necessário à Igreja e ao mundo, da transcendência do Reino de Deus a que aspiramos<sup>[4]</sup>. E sobre os sagrados ministros, o Vaticano II diz: “para apascentar e aumentar continuamente o Povo de Deus, instituiu na Igreja diversos ministérios, para bem de todo o corpo”<sup>[5]</sup>. Os pastores “em razão da sua vocação específica, destinam-se sobretudo e expressamente ao sagrado ministério”<sup>[6]</sup>. Essa é a sua forma própria de participar da Missão.

Assim, cada fiel cristão participa da missão da Igreja segundo a sua condição e vocação, e os dons recebidos, entre os quais se encontram os sacramentos e carismas. Disso dependem também as *tarefas* que correspondem a cada um, dentro da única Missão da Igreja.

*Todos os fiéis cristãos, em virtude de seu batismo, estão capacitados para diversas tarefas dentro da missão evangelizadora da Igreja.*

Essas tarefas podem ser distribuídas em três esferas<sup>[7]</sup>: A) dentro da própria Igreja (apostolado dos cristãos ou “pastoral” ordinária); B) “fora”, isto é, as relações com outras religiões e com quem não tem fé; C) a esfera do ecumenismo (relações com cristãos não católicos, a fim de procurar a unidade dos cristãos). É importante sublinhar que em qualquer das tarefas em que os fiéis participam, o fazem de acordo com sua própria vocação e missão.

Há tarefas eclesiais em que qualquer batizado pode participar e que podem estar relacionadas com a fé (como a catequese ou o ensino escolar da religião), com o culto (participação na liturgia), com a caridade (como o atendimento aos

mais necessitados) e em geral com a vida da Igreja (como a participação em concílios ou sínodos para ajudar nas decisões pastorais). Os fiéis também podem colaborar com os pastores da Igreja em tarefas para as quais estejam profissionalmente qualificados, por exemplo, nos campos econômico, jurídico etc., incluindo certas tarefas de governo.

Algumas dessas tarefas (que não exigem o sacramento da ordem) podem ser oficialmente estabelecidas e supervisionadas pela Igreja como “ministérios instituídos” (não ordenados). Por participar nestas tarefas, os fiéis leigos não são nem mais nem menos leigos. Ao mesmo tempo, deve-se cuidar para que as realizem de acordo com a própria vocação e missão, para que não sejam confundidos com os pastores da Igreja.

## **O papel dos leigos: santificação do mundo de dentro**

Os fiéis leigos, pela graça do Batismo e os carismas do Espírito Santo, receberam de Deus a própria vocação e missão de “procurar o Reino de Deus tratando das realidades temporais e ordenando-as segundo Deus”<sup>[8]</sup>.

Por isso, além das várias tarefas que podem desempenhar como os outros fiéis batizados, a missão própria dos fiéis leigos consiste em santificar o mundo “de dentro”<sup>[9]</sup>. E isto, não simplesmente porque passam a maior parte do tempo em ocupações seculares ou resolvendo assuntos temporais, nem porque devam “entrar” na Igreja para “sair” para santificar o mundo; mas pela sua colaboração com a graça, que unifica, dá vida e impulsiona a sua vida cristã onde quer que se encontrem, integrando-a na ação salvadora de

Deus. Na realidade, “não devem apenas impregnar o mundo com o espírito cristão, mas são também chamados a serem testemunhas de Cristo, em todas as circunstâncias, no seio da comunidade humana”<sup>[10]</sup>.  
—.

Deste modo, os fiéis leigos, ao desempenharem os seus deveres profissionais, familiares, sociais etc. diante de Deus, ao mesmo tempo ordenam a realidade temporal segundo Deus. O Concílio Vaticano II insistiu claramente neste ponto: “Afastam-se da verdade os que, sabendo que não temos aqui na terra uma cidade permanente, mas que vamos em demanda da futura, pensam que podem por isso descuidar os seus deveres terrenos, sem atenderem a que a própria fé ainda os obriga mais a cumpri-los, segundo a vocação própria de cada um”<sup>[11]</sup>.  
—.

Ao falar sobre o processo moderno de evolução do laicato, que levou a estas afirmações do Concílio Vaticano II sobre a vocação e missão dos fiéis leigos, São Josemaria dizia pouco depois do Concílio: “Isto traz como consequência uma visão mais profunda da Igreja, como comunidade formada por todos os fiéis, sendo todos nós solidários de uma mesma missão, que cada um deve realizar de acordo com as suas circunstâncias pessoais. Os leigos, graças aos impulsos do Espírito Santo, são cada vez mais conscientes de serem Igreja, de terem uma missão específica, sublime e necessária, já que foi querida por Deus. E sabem que essa missão depende da sua própria condição de cristãos; não necessariamente de um mandato da Hierarquia, embora seja evidente que devem levá-la a cabo em união com a Hierarquia eclesiástica e segundo os ensinamentos do Magistério”<sup>[12]</sup>.

A vocação dos ministros sagrados e religiosos não os exime de santificar o mundo, mas a maneira como realizam essa santificação é diferente. Os ministros ordenados realizam-na no exercício do seu próprio ministério. E os membros da vida religiosa, por meio de seu peculiar testemunho escatológico.

Quanto aos pastores da Igreja, compete-lhes em primeiro lugar ensinar a Doutrina Social da Igreja e, em segundo lugar, a formação dos fiéis e da sua consciência neste âmbito. Finalmente, quando for preciso, são responsáveis por emitir juízo moral em situações sociais ou políticas excepcionais. O discernimento dos pastores ocorre no plano do conselho aos fiéis, não do mandato, embora este seria possível em circunstâncias excepcionais.



Assim, a Hierarquia não tem uma função direta na organização da sociedade. Sua tarefa é fornecer “ajuda moral e espiritual”, juntamente com a orientação dos “princípios morais” que devem orientar esta atividade, que os leigos realizarão “com sua livre iniciativa e sem esperar passivamente por lemas e diretrizes dos pastores”<sup>[13]</sup>.

A Igreja aceita qualquer sistema social em que a dignidade humana seja respeitada. E os fiéis devem acolher o Magistério social com uma adesão de inteligência, vontade e obras<sup>[14]</sup>.

Toda a missão da Igreja tem como centro a caridade, isto é, o amor a Deus e ao próximo, especialmente aos mais necessitados. “Um homem e uma sociedade que não reajam perante as tribulações ou as injustiças, e não se esforcem por aliviá-las, não são nem homem nem

sociedade à medida do amor do Coração de Cristo”<sup>[15]</sup>.

## **Liberdade e responsabilidade dos leigos**

A liberdade e a responsabilidade nas diversas atividades sociais, políticas e culturais, dentro da própria vocação cristã, leva-nos a distinguir entre laicidade e laicismo. Por *laicidade* entende-se que o Estado é autônomo em relação às leis eclesiásticas. Já o *laicismo* reivindica uma autonomia da política em relação à ordem moral e ao desígnio divino, e tende a limitar a religião à esfera puramente privada. Dessa forma, viola o direito à liberdade religiosa e prejudica a ordem social<sup>[16]</sup>.

Uma laicidade saudável evita dois extremos: a imposição, pelo Estado, de uma moralidade que decidiria o que é bom ou mau em todas as áreas — o que equivaleria a uma pseudo-religião — e sua rejeição *a priori* dos

valores morais que vêm de esferas culturais ou religiosas que pertencem livremente e não devem ser administrados pelo poder político.

Deve-se também ressaltar que é ilusório e injusto pedir aos fiéis que atuem na política “como se Deus não existisse”. É ilusório, porque todas as pessoas agem com base em suas convicções culturais (religiosas, filosóficas, políticas etc.), derivadas ou não de uma fé religiosa. São, portanto, convicções que influenciam o comportamento social dos cidadãos. É injusto, porque tanto os que creem como os que não creem aplicam suas próprias doutrinas, independentemente de qual tenha sido sua origem. Deve-se apenas garantir que a atividade social e política esteja de acordo com a dignidade humana e o bem comum.

Atuar na política de acordo com a própria fé, se for compatível com a dignidade das pessoas, não significa que a política esteja sujeita à religião; significa que a política está ao serviço da pessoa e, portanto, deve respeitar as exigências morais, o que equivale a dizer que deve respeitar e promover a dignidade de cada ser humano. Nesse sentido, viver o compromisso político por uma razão transcendente se ajusta perfeitamente à natureza humana e, portanto, estimula esse empenho e produz melhores resultados.

A religião pode e deve servir como elemento crítico quando se trata dos valores éticos de uma sociedade. Reciprocamente, a ética pode e deve ser capaz de criticar os fiéis de qualquer religião, no que diz respeito à adequação de suas crenças (ou práticas religiosas, ou condutas cidadãs inspiradas em sua fé religiosa) à dignidade humana e ao

bem comum. A religião e a ética devem se situar em diálogo dentro da vida social e cívica.

## **A Igreja e o Estado**

Ao longo da história, os cristãos compreenderam sua missão de evangelizar o mundo de diferentes maneiras. E assim também mudou a forma como eles entenderam as relações institucionais entre a Igreja e o Estado. Durante alguns séculos, o modelo seguido nos países cristãos foi o de um estado confessional católico, onde o poder sagrado dos reis era garantido pela autoridade espiritual da Igreja. Foi uma colaboração mútua que em muitas ocasiões veio tirar a liberdade da Igreja, que estava de fato subordinada ao poder temporal do rei. As mudanças sociopolíticas que surgiram em torno do Iluminismo contribuíram para a separação entre Igreja e Estado, com o

reconhecimento pela autoridade da Igreja da legitimidade de qualquer governo democraticamente eleito pelo povo.

Mas o regime de separação não é o ideal. A relação institucional entre a Igreja e o Estado (que têm natureza e finalidades diversas) implica antes uma distinção sem separação, uma união sem confusão (cf. Mt 22,15-21). Essa relação será correta e frutífera se houver relações amistosas e colaborativas entre as duas esferas, se for reconhecido o papel da religião na vida pessoal e social e se for respeitado o direito à liberdade religiosa.

A Igreja recebeu de Cristo o mandato apostólico: “Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28,19-20). Com a sua doutrina e a sua atividade apostólica, tanto no âmbito

universal como no âmbito concreto das Igrejas particulares, ocidentais ou orientais, a Igreja contribui para a correta ordenação das coisas temporais, para que sirvam ao homem para atingir o seu fim último e não o desviem dele.

Os meios que a Igreja como instituição utiliza para cumprir a sua missão são, sobretudo, espirituais: a pregação do Evangelho, a administração dos sacramentos, a oração. Necessita também utilizar meios materiais, adequados à natureza dos seus membros, que são pessoas humanas (cf. At 4,32-37; 1 Tm 5,18). Estes meios devem estar sempre de acordo com o Evangelho. A Igreja também precisa de independência para cumprir a sua missão no mundo, mas não de uma predominância de natureza política ou econômica<sup>[17]</sup>.

*O Estado é uma instituição que deriva da sociabilidade humana natural, cuja finalidade é o bem comum temporal (ou seja, o bem comum “terreno”) da sociedade civil. Esse bem não é apenas material, mas também espiritual, pois os membros da sociedade são pessoas de corpo e alma. O progresso social requer, além dos meios materiais, muitos outros bens de natureza espiritual: paz, ordem, justiça, liberdade, segurança etc. Esses bens só podem ser alcançados pelo exercício das virtudes sociais, que o Estado deve promover e proteger (por exemplo, a moralidade pública).*

A distinção entre as esferas religiosa e política implica que o Estado não goza de “sacralidade” nem deve governar as consciências, já que o fundamento moral da política está fora dela. Além disso, a Igreja não possui um poder político coercitivo. Como pertencer a ela, do ponto de vista civil, é algo voluntário, a sua



autoridade é de natureza espiritual e não impõe uma única solução política. Desta forma, Estado e Igreja se ajustam às suas próprias funções, o que favorece a liberdade religiosa e social.

Disso derivam dois direitos importantes: o direito à liberdade religiosa, que consiste em uma imunidade de coação por parte do Estado em matéria religiosa. E o direito à liberdade de ação dos católicos em relação à hierarquia em assuntos temporais: “Os fiéis leigos têm o direito de que, nas coisas da cidade terrena, lhes seja reconhecida a liberdade que compete a todos os cidadãos; ao utilizarem esta liberdade, procurem que a sua atuação seja imbuída do espírito evangélico, e atendam à doutrina proposta pelo magistério da Igreja, tendo, porém, o cuidado de, nas matérias opináveis, não

apresentarem a sua opinião como doutrina da Igreja”<sup>[18]</sup>.

## A liberdade religiosa

A distinção institucional entre a Igreja e o Estado não implica – como foi dito – na sua total separação, nem que a Igreja deva reduzir a sua própria ação ao âmbito privado e espiritual. Certamente a Igreja “Não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas também não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça”<sup>[19]</sup>. Nesse sentido, a Igreja tem o direito e o dever de “ensinar a sua doutrina acerca da sociedade; exercer sem entraves a própria missão entre os homens; e pronunciar o seu juízo moral mesmo acerca das realidades políticas, sempre que os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas o exigirem”<sup>[20]</sup>.

Um aspecto importante da relação entre Igreja e Estado é o direito à

liberdade religiosa. Garantir o respeito a esse direito é garantir o respeito a toda a ordem social. O direito à liberdade social e civil em matéria religiosa, para todos os crentes de qualquer religião, é a fonte e a síntese de todos os direitos humanos.

Em muitos países, a Constituição (ou sistema de leis fundamentais que regulam o sistema de governo de um Estado) garante amplamente a liberdade religiosa de todos os cidadãos e grupos religiosos. Além disso, se possível, a Igreja procura estabelecer acordos com o Estado, geralmente chamados de *Concordatos*, nos quais são acordadas soluções para questões específicas, como a liberdade da Igreja e suas entidades para cumprir sua missão, acordos em matéria educativa ou econômica, feriados etc.

# Enrique Colom, Christian Mendoza e Ramiro Pellitero

---

## Bibliografia básica

— *Catecismo da Igreja Católica*, 2104-2109; 2244-2246; 2419-2425.

— Concílio Vaticano II, *Gaudium et spes*, 74-76 e *Dignitatis humanae*, 1-8; 13-14.

— São João Paulo II, *Christifideles laici*, 30-XII-88, 36-44.

## Leituras recomendadas

— Congregação para a Doutrina da Fé, *Nota doutrinal sobre algumas questões relativas ao compromisso e a conduta dos católicos na vida política*, 24/11/2002.

— Compêndio da Doutrina social da Igreja, 49-55; 60-71; 189-191; 238-243; 377-427.

— São Josemaria, homilia Amar o mundo apaixonadamente, em Entrevistas com Mons. Escrivá.

---

[1] São Josemaria, *Amar a Igreja*, p. 56.

[2] *Cf. Catecismo da Igreja Católica*, 901-913

[3] *Cf. Lumen gentium*, 31.

[4] Sobre a vida consagrada, *cf. Catecismo da Igreja Católica*, 914-933

[5] *Lumen gentium*, 18.

[6] *Ibid.*, 31

[7] *Cf. Concílio Vaticano II, Decreto Ad gentes*, 6.

[8] *Lumen gentium*, 31.

[9] *Ibid.*

[10] *Gaudium et spes*, 43.

[11] *Ibid.*

[12] São Josemaria, *Entrevistas com Mons. Escrivá*, n. 59

[13] *Cf. Apostolicam actuositatem*, 7.

[14] *Cf. Lc 10,16; Catecismo da Igreja Católica*, 2032 e 2037

[15] São Josemaria, *É Cristo que passa*, n. 167.

[16] *Cf. Compêndio da doutrina social da Igreja*, 572.

[17] *Cf. Catecismo da Igreja Católica*, 2246; *Cf. Compêndio da doutrina social da Igreja*, 426

[18] *Código de Direito Canônico*, 227; *cf. Gaudium et spes*, 76.

<sup>[19]</sup> *Deus caritas est*, 28.

<sup>[20]</sup> *Gaudium et spes*, 76.

.....

pdf | Documento gerado  
automaticamente de [https://  
opusdei.org/pt-br/article/tema-17-a-  
igreja-e-o-mundo/](https://opusdei.org/pt-br/article/tema-17-a-igreja-e-o-mundo/) (19/01/2026)